

perar sua fertilidade ou se estão simplesmente postas à margem para fins de reserva de valor.

O Censo Agropecuário de 1980 revelou que o território apropriado pelos estabelecimentos dedicados à agricultura dispõe de 364,8 milhões de hectares. Desse total apenas, 13,5% ou 49,1 milhões de hectares correspondem à área de lavoura; 113,9 milhões de ha são pastos sem tratamento que não passam de campos naturais e 8,6 milhões de ha são lavouras "em descanso". Isto é, dos 364,8 milhões, cerca de 40,4% são terras ociosas ou fora de cultivo.

Mas se os quadros da apuração censitária de 1980 mostram uma insatisfatória utilização sócio-econômica da terra que está a exigir uma imediata reforma agrária ainda pior é o que acontece com a sua distribuição: em 1980, a insignificante proporção de 2,1% de propriedades latifundiárias, assim consideradas as de 500 hectares acima de extensão, dominavam 204,8 milhões de hectares, ou 56,1% do total da superfície agrícola.

Esse excessivo grau de concentração da propriedade agrária vem de par com sua extrema subutilização econômica e social, por quanto, apesar de representarem mais da metade das terras apropriadas no Brasil (56,1%), as propriedades latifundiárias, no mesmo ano de 1980, não chegavam a produzir senão 24,9% do valor total da produção. Noutras palavras: dominando mais da metade da superfície agrícola, o sistema latifundiário apenas produzia menos de uma quarta parte do total nacional da produção.

Comparando-se a evolução do sistema latifundiário nos últimos quarenta anos, de acordo com os resultados dos respectivos censos, têm-se as provas do papel estagnante desse sistema de exploração agrícola. Entre os anos de 1940 e 1980 o número de estabelecimentos de 500 hectares acima cresceu ao dobro, passando de 50.290 para 106.193 estabelecimentos. Sua área total quase duplicou, elevando-se de 117.105.451 ha para 204.726.348 hectares; mas sua área de lavoura nesse intervalo de quarenta anos, cresceu menos de 50%, isto é, evoluiu de 4.224.974 hectares, em 1940, para apenas 6.216.428 hectares em 1980.

Enquanto o sistema latifundiário demonstrava, no período mencionado, sua incapacidade de progredir, era o contrário o que se verificava com os estabelecimentos familiares, com a propriedade camponesa. Esta, entre 1940 e 1980, teve o número de unidades produtivas, compreendidas na faixa de 0 a 100 ha, aumentado de 1.629.995 estabelecimentos, para 4.614.793 estabelecimentos. Sua área de lavoura ampliou-se de 9.719.393 hectares, para 32.523.520 hectares, aumentando praticamente mais de três vezes. Seu valor da produção, em relação ao total nacional, manteve-se próximo da metade, saindo de 55,1%, o ano de 1940, para 50,7%, no ano de 1980.

Nos referidos quarenta anos, a propriedade familiar camponesa assegurou firmemente sua posição de liderança no quadro rural brasileiro, destacando-se por seu importante papel no abastecimento do mercado interno e por sua vantajosa rentabilidade em comparação com o conjunto do País e, notadamente, no confronto com a declinante economia do sistema latifundiário.

A essa mesma propriedade camponesa, que responde por cerca de oitenta por cento da produção nacional de alimentos, e que vem mantendo, nos recentes quarenta anos, uma firme posição na economia agrária brasileira, está reservado um futuro promissor nos planos de reforma agrária cujos objetivos principais são os de ampliar e desenvolver, como tem acontecido em vários outros países, o sistema camponês de organização da produção, produção, esta em geral cedida ao mercado a preços mais baixos do que os cobrados pelos latifundiários.

O Doutor Alberto Passos Guimarães é autor, dentre outros, do livro *Cinco séculos de latifúndio*

## A reforma da Aliança Democrática

Presidente José Sarney

Minha consciência e meu Deus fizeram-me assumir o compromisso de governar tendo como prioridade os pobres. É uma opção de política social.

Não me canso de repetir que não podemos ser felizes numa nação em que milhões de brasileiros não têm direito à felicidade.

Aqui estou para prestigiar os trabalhadores na agricultura, que se reúnem para analisar as condições de vida da categoria e sustentar a luta pelo pleno exercício de suas liberdades.

Na campanha eleitoral, o compromisso com a Nação, firmado pela Aliança Democrática, prometeu: "Reforma Agrária. Execução de política agropecuária que assegure a fixação de preços mínimos, realistas e a formação de estoques reguladores adequados". E ainda: "Reforma Agrária mediante cumprimento do Estatuto da Terra; e melhoria das condições de vida do homem do campo".

Agora, estou apresentando para debate a proposta do primeiro Plano Nacional de Reforma Agrária, inspirado no Estatuto da Terra.

Os trabalhadores rurais, empregados e empregadores, serão ouvidos e ajudarão a decidir. Aplicar o Estatuto da Terra é respeitar o homem do campo e

assegurar a milhões de brasileiros o direito de não sofrer a mais degradante das privações humanas, que é a fome. Desenvolvendo a agricultura, garantindo ocupação aos lavradores, vamos ter, também, as nossas indústrias produzindo mais, e o trabalho vencendo o desemprego nas cidades.

Assegurar a propriedade da terra a quem queira nela trabalhar, não é, apenas ato de reparação de uma preterição histórica multi-secular, mas, também, decisão política que atende às carências do presente e previne as necessidades do futuro.

Nesse processo de ocupação e exploração do solo concentrou-se a propriedade e a posse da terra em níveis perigosos para o bem-estar dos brasileiros e a estabilidade de suas instituições políticas e sociais.

É deplorável constatar que 1% das propriedades rurais representa, hoje, 45% da área rural integral. Isto é o latifúndio devorante, agravo que pesa desde as primeiras sesmarias e que se tornou o símbolo oneroso de um desequilíbrio que se traduz em ineficiência econômica e incapacidade produtiva.

O direito à propriedade da terra pode ser ameaçado pelo Estado e pelos próprios indivíduos quan-

do concentram imensas áreas improdutivas, e ainda impedem que outros nela produzam.

Assim, o Programa de Reforma Agrária do Governo não é contra a propriedade, mas um meio de democratizá-la, tornando-a acessível a milhões de brasileiros. É um sincero programa de governo não um lance de retórica; é um projeto político de alcance nacional, não um conceito técnico ou um exercício de afirmação ideológica. É uma busca de solução sem traumas. E nesse sentido é meu dever uma palavra de louvor pelo que a Igreja Católica tem feito, procurando mediar os conflitos, assistindo aos desamparados e revigorando a fé na promessa divina de redenção aos injustiçados.

A política fundiária é também um capítulo da política agrícola para que se cumpra a função social da terra, a de produzir para uma sociedade que se urbanizou, evitar o êxodo rural, possibilitar a diminuição de impostos sobre a produção agrícola, de modo que, reduzidos os custos da produção possa se ter comida barata para o nosso povo.

Trechos do discurso proferido na abertura do 4º Congresso CONTAG, Mai de 1985.

## Urbanização, pobreza e Reforma Agrária

Ana Maria Kirschner

"O preso gaúcho tem idade entre 18 e 35 anos, cor branca, foi trabalhador da construção civil, tem primário completo, e antes de se fixar nos cinturões de miséria de Porto Alegre trabalhou no meio rural. Este perfil foi traçado pela equipe de pesquisa e planejamento da Superintendência de Serviços Penitenciários do Rio Grande do Sul".

O seco perfil do preso gaúcho remete-nos à questão da relação entre pobreza e urbanização no Brasil. A ponta para uma trajetória expressiva no mundo do trabalho: o preso, originário do meio rural, de onde terá sido possivelmente expulso, e suas fracassadas tentativas de inserção no "mercado de trabalho" urbano.

Ora, esta é a realidade da vida de grande parte de nossa população. Ainda que de maneira muito sumária, vale a pena uma reflexão sobre três aspectos interligados apontados no perfil:

1 — Questão das migrações internas; 2 — o conseqüente aumento da população urbana; 3 — como alternativa aos problemas sociais e econômicos descritos, a reforma agrária.

Vale precisar o estado de pobreza dos brasileiros, porque é neste quadro de miséria que os pontos aqui levantados devem ser compreendidos.

Em 1982, a população que trabalhava no Brasil era de quase 48 milhões de pessoas. Deste total, pouco menos da metade recebe no máximo até um salário mínimo (22,5 milhões de pessoas). Quando se considera os milhões de desempregados e aqueles que trabalham sem remuneração, a situação social adquire contornos mais fortes. Principalmente porque é conhecido o baixo valor atingido atualmente pelo salário-mínimo. Tais dados, ainda que isolados e sem maior análise, já evidenciam a necessidade de transformações no modelo econômico, para que se atinja um desenvolvimento social mais igualitário.

Vários trabalhos alertaram para os dados do Censo Demográfico de 1980, que mostraram, pela primeira vez, a diminuição absoluta da população rural (de 41,6 milhões de pessoas em 1970, passou a 39,1 milhões em 1980). Enquanto tendência, esta queda é verificada a partir dos anos 60, para se tornar incontestável nos anos 80. O que isso significa? Qual a repercussão deste fenômeno para o conjunto de trabalhadores brasileiros?

Significa que as regiões rurais não estão retendo população. Significa que "... sobra gente as cidades e falta nos campos, e sobram alimentos e matérias-primas, embora haja muita gente com fome" (Graziano) Tal situação apresenta-se como uma das características dos anos 80. Qual é a razão deste paradoxo? Devido ao baixo poder aquisitivo da população, a produção agrícola pode satisfazer a demanda, mas não se pode esquecer do forte



Quando Adão lavrava e Eva fiava quem era, então, o grão senhor?

(Poema lírico do séc. XIV, anônimo, Inglaterra)

contingente de desempregados e de uma população marginalizada, quase fora do mercado consumidor (de produtos e de meios de produção). É por isso que sobram alimentos num País onde grama a fome.

Esta população marginalizada, esses desempregados das cidades, é constituída por migrante do campo. "No campo não há desempregados: quando um trabalhador rural é dispensado de uma fazenda ou expulso de sua roça e morada, tem que vir para cidade".

Durante os anos 70 foram expulsos 15 milhões de pessoas do campo para as cidades. Para serem improdutivos. São trabalhadores que perderam sua condição produtiva.

Graziano percebeu com clareza que: "... hoje no Brasil não há proletarização nenhuma. O Brasil tem um processo de favelização, de substituição do trabalhador rural. O trabalhador sai do campo e continua trabalhador rural na cidade: bôia-fria e favelado...". Nenhum dos membros da família é poupado: as crianças também vão à luta; vender drops, chicletes, limão ou qualquer coisa... Luta feroz, com frequência sem final feliz...

Algumas medidas já foram tomadas, buscando, segundo o discurso oficial,

uma distribuição espacial da população mais equilibrada. Em nome disto, o setor agropecuário recebeu incentivos para desenvolver regiões economicamente mais isoladas (Nordeste e Amazônia) e promover o povoamento de espaços vazios (período 1964/67). Em nome desta bandeira, o capital estrangeiro foi fortemente favorecido para investimentos na Amazônia. Já na década de 70, tentou-se solucionar os problemas do homem sem terras do Nordeste e da terra sem homens da Amazônia, com um programa integrado de colonizações desenvolvimento — foi construída a Transamazônica.

Outros exemplos poderiam ser dados. As políticas governamentais para direcionar os fluxos migratórios, e fixar a população no meio rural não foram bem sucedidas.

Que política social poderia segurar o homem rural no campo, num trabalho produtivo? Qual o alcance de uma Reforma Agrária?

Nossa história já nos ensinou que as "soluções técnicas", vindas "de cima", só têm condições de êxito quando elas correspondem às aspirações das comunidades. Qualquer política social com o objetivo de fixar o trabalhador rural no campo, só pode ser de fato avaliada

quando existirem condições de vida e de trabalho reais no meio rural. Só assim se poderá afirmar que um migrante optou pela vida na cidade. Então, como primeiro passo se impõe uma Reforma Agrária. Esta não deve se limitar a fazer uma distribuição de terras. Deve-se estender aos trabalhadores rurais os serviços do sistema de crédito rural, do sistema de pesquisa agrícola, e assistência técnica. Deve-se dar acesso à saúde e educação no meio rural.

Isto não resolveria todos os nossos males sociais, mas é uma alternativa bem mais realista e mais barata do que tentar, por exemplo, gerar empregos no meio urbano. O investimento necessário para gerar um emprego na agricultura, com a utilização de uma tecnologia média (tração mista e colheita manual) é de 4,4 mil dólares, mais ou menos, enquanto uma indústria de bens de consumo exigiria em torno de 14,2 mil dólares, e uma de bens de capital, 140,5 mil dólares.

Quem sabe, com a Reforma Agrária o hoje preso gaúcho não seria um honrável pequeno proprietário rural?

Professora da Universidade Federal do Rio de Janeiro